

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 510.380 - GO (2019/0138500-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : EUFRÁSIO PEREIRA LUIZ JÚNIOR
ADVOGADOS : LUCIANO TOSI SOUSSUMI - SP147045
FERNANDO MARTINEZ MEN - SP228041
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

EMENTA

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL **DESPROVIDO**.

I - Com efeito, “o art. 112, inciso I, do Código Penal deve ser interpretado de maneira literal, de forma que o termo inicial para o cálculo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da condenação para a acusação. O referido entendimento tem sido reafirmado de forma iterativa nesta Corte Superior tanto antes quanto após o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n.º 126.292/SP”(EDcl no AgRg no REsp n. 1710939/PB, **Sexta Turma**, Relª. Minª. **Laurita Vaz**, DJe 18/12/2018).

II – Decisão agravada que determina ao Tribunal de origem analisar a questão do lapso fatal à luz da jurisprudência do STJ. Ausência de ilegalidade. **Decisum** atacado que perfilhou a orientação jurisprudencial deste Sodalício.

Agravo regimental **desprovido**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca,

Superior Tribunal de Justiça

Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator

